

Entre o acolhimento e o registro: gênero e interseccionalidades na escuta e vivências de uma universidade pública latino-americana

Maria Aparecida Webber UNILA/Latinoamerica

Gênero, Universidade, Acolhimento¹

RESUMO: Este trabalho propõe uma reflexão antropológica a partir da atuação do Departamento de Equidade de Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), tomando os atendimentos realizados em 2024/2025 como ponto de partida empírico e analítico. O trabalho problematiza o acolhimento institucional, o atendimento e o ato da escuta como práticas socialmente situadas, atravessadas por relações de poder, expectativas normativas e marcadores interseccionais de gênero, nacionalidade, categoria de vinculação, sexualidade e status migratório. Ao mobilizar registros administrativos disponíveis publicamente e narrativas produzidas no contexto de atuação da área, discute-se a tensão entre a ética do cuidado, a confidencialidade e a necessidade institucional de produzir dados que subsidiem políticas públicas internas e ações de enfrentamento às violências. Argumenta-se que o registro não se limita a uma função burocrática, mas constitui um dispositivo central de mediação entre experiências individuais de violência e respostas institucionais, produzindo categorias, visibilidades e silenciamentos. Contudo, a objetividade do dado formal nem sempre compreende a subjetividade e a complexidade dos atendimentos realizados. O trabalho também evidencia as condições estruturais que marcam a implementação dessas políticas no cotidiano universitário, problematizando a insuficiência de equipes especializadas, recursos e protocolos, especialmente em uma instituição com alto grau de internacionalização e situada em contexto de fronteira trinacional, na cidade de Foz do Iguaçu – Paraná (Brasil). Nessa configuração, as práticas de acolhimento e produção de dados tornam-se ainda mais complexas, exigindo articulações entre diferentes normativas, línguas, regimes de direitos e expectativas institucionais. Busco aqui explorar novas metodologias e etnografias institucionais que interrogam as linguagens administrativas, os limites da escuta e os desafios contemporâneos no enfrentamento das violências de gênero.

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasce de inquietações produzidas no cotidiano do Departamento de Equidade de Gênero e Diversidade (DEGED) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), especialmente durante a elaboração de relatórios, respostas institucionais e documentos de acompanhamento de casos de violência. Ao transformar atendimentos em registros administrativos, tornou-se recorrente a percepção de que aquilo que posteriormente aparece em planilhas, indicadores e estatísticas é resultado de um processo muito mais complexo de escuta, interpretação, negociação e classificação das experiências vividas. Foi justamente essa tensão entre a singularidade dos atendimentos e a necessidade institucional de produzir dados que motivou as reflexões aqui apresentadas.

Em minha função de servidora pública, compreendo que a política pública depende da produção de informações capazes de tornar visíveis determinados fenômenos sociais. Entretanto, indicadores não surgem de forma espontânea nem constituem um reflexo objetivo da realidade. Antes de se converterem em números, tabelas e relatórios, os dados são construídos em processos cotidianos de escuta, interpretação, classificação e registro realizados por profissionais que atuam na linha de frente das instituições. Nesse percurso, experiências

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

marcadas por conflitos, afetos, violências e desigualdades são traduzidas em categorias administrativas que permitem sua incorporação às rotinas da gestão e subsidiam a formulação de políticas institucionais. Ao mesmo tempo, esse processo evidencia os limites inerentes a qualquer tentativa de converter experiências humanas complexas em informações padronizadas, revelando que todo dado é também uma construção social e política.

É nesse contexto que se insere a experiência do DEGED, vinculado à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Instituição pública federal de ensino superior, está localizada na cidade de Foz do Iguaçu, região de três fronteiras - entre Brasil, Paraguai e Argentina. Com metade das vagas dos cursos de graduação reservada para estudantes de outros países da América Latina e Caribe, a UNILA reúne uma comunidade acadêmica caracterizada pela diversidade de nacionalidades, línguas, culturas e trajetórias migratórias. Temos, portanto, características singulares na composição de nossa instituição, uma vez que as demandas institucionais são atravessadas simultaneamente por marcadores de gênero, raça, sexualidade, nacionalidade, etnia, idioma, condição migratória, entre outras. Nesse cenário, o trabalho realizado pelo DEGED ultrapassa a dimensão estritamente administrativa, exigindo práticas de escuta capazes de dialogar com múltiplos regimes de direitos, diferentes referenciais culturais e formas diversas de compreender e narrar situações de violência.

Partindo dessa realidade, neste artigo apresento informações que entendo como relevantes neste recorte sobre a UNILA, bem como as especificidades de sua política institucional voltada à promoção da equidade de gênero e diversidade. Em seguida, compartilho alguns dados oficiais publicados em relatórios e publicizados no site da instituição, referente ao período de 2024 e 2025.

Por fim, proponho o início de reflexões sobre os limites do acolhimento, da escuta e a produção de dados, considerando que os registros institucionais não constituem apenas instrumentos de gestão, mas também dispositivos que produzem visibilidades, categorias e formas de compreender as violências. Ao mesmo tempo em que possibilitam a formulação de políticas públicas e ações institucionais, esses registros não abarcam a complexidade das experiências vividas, revelando a tensão permanente entre a necessidade de categorizar e a impossibilidade de reduzir sujeitos e trajetórias às categorias disponíveis.

A UNILA E A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GÊNERO

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana foi criada pela Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010. A criação da UNILA insere-se no ciclo de expansão e interiorização das universidades federais promovido pelos governos federais a partir de 2003, do qual o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, constituiu um dos principais instrumentos. Embora criada por legislação específica (Lei nº 12.189/2010), a universidade compartilha dos objetivos daquele processo de expansão, especialmente a democratização do acesso ao ensino superior, a interiorização das instituições federais e a indução ao desenvolvimento regional,

distinguindo-se por agregar a esses objetivos a missão de promover a integração acadêmica, científica e cultural da América Latina

Sua criação materializa, ainda, o princípio previsto no artigo 4º, parágrafo único, da Constituição Federal, segundo o qual a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina. A própria Lei nº 12.189 estabelece, em seu art. 2º, que a universidade tem como finalidade

ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul – Mercosul (Brasil, 2010)

Localizada em Foz do Iguaçu, na região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, a UNILA constitui uma experiência singular de internacionalização da educação superior latino-americana. Seu projeto institucional, como demonstra Zuck (2021), foi concebido para reunir estudantes e docentes de diversos países do continente em um ambiente marcado pelo bilinguismo (hoje plurilinguismo), pela interculturalidade e pela interdisciplinaridade. A instituição oferece hoje cursos de graduação e pós-graduação distribuídos entre as áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Ciências da Vida, Saúde, Letras, Artes e Relações Internacionais. Conforme destacam Diana Araújo Pereira, Karen dos Santos Honório e Laura Fortes (2022), a internacionalização da UNILA não constitui uma estratégia adotada posteriormente à sua criação, mas um elemento fundante de sua identidade institucional, construída a partir da integração regional, da cooperação solidária e da convivência cotidiana entre diferentes nacionalidades, línguas e culturas. Essa configuração torna a universidade um espaço privilegiado para compreender como mobilidades internacionais, diferenças culturais, desigualdades sociais e marcadores de gênero, raça e nacionalidade atravessam a vida universitária e desafiam continuamente as políticas institucionais de acolhimento e promoção da equidade.

Os documentos institucionais mais recentes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, especialmente o Relatório Integrado de Gestão 2025 e o relatório UNILA em Destaque 2024, evidenciam o crescimento e a consolidação da universidade como uma instituição internacional voltada à integração latino-americana. Além da ampliação de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os indicadores revelam uma comunidade acadêmica caracterizada por elevada diversidade de nacionalidades, idiomas, culturas e trajetórias migratórias, aspecto que diferencia a UNILA das demais universidades federais brasileiras e produz demandas específicas para suas políticas de permanência, acolhimento e promoção da equidade (UNILA, 2025a; UNILA, 2025b).

Os dados referentes ao perfil discente da UNILA evidenciam a diversidade que caracteriza a comunidade acadêmica da instituição. Em 2024, a universidade contava com 4.130 estudantes de graduação ativos, dos quais 201 eram estudantes indígenas, ingressantes por meio do Processo Seletivo de Povos Indígenas (PSIN), e 97 eram estudantes refugiados ou portadores de visto humanitário, admitidos pelo Processo Seletivo para Refugiados e Portadores de Visto

Humanitário (PSRH). Além disso, 585 estudantes ingressaram pelo sistema de cotas da escola pública, 187 por cotas destinadas a estudantes pretos, pardos e indígenas e 34 por cotas destinadas a pessoas com deficiência (Quadro 1). Esses indicadores demonstram que a universidade reúne um contingente significativo de estudantes pertencentes a grupos historicamente vulnerabilizados, reforçando a necessidade de políticas institucionais voltadas ao acolhimento, à permanência e ao enfrentamento das desigualdades, especialmente em uma instituição marcada pela internacionalização e pela diversidade sociocultural.

Quadro 1 – Estudantes UNILA 2024

Estudantes ativos	
Categoria	2024
Total de estudantes de graduação	4130
Estudantes indígenas (via PSIN)	201
Estudantes refugiados e portadores de visto humanitário (via PSRH)	97
Cotistas - escola pública	585
Cotistas - pretos, pardos e indígenas	187
Cotistas - pessoas com deficiência	34

Fonte: UNILA, p.14, 2025a.

As formas de seleção da UNILA vão além do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), com processos seletivos específicos destinados a estudantes internacionais, povos indígenas, pessoas refugiadas e portadoras de visto humanitário. Os dados institucionais demonstram um crescimento expressivo da procura por essas modalidades de ingresso nos últimos anos. Em 2022, o Processo Seletivo Internacional (PSI) e o Processo Seletivo para Refugiados e Portadores de Visto Humanitário (PSRH) registraram, em conjunto, 1.995 inscrições. Em 2025, esse número alcançou 4.760 candidatos, representando mais que o dobro da demanda em apenas três anos (UNILA, 2025b).

Entre as nacionalidades que mais ampliaram sua participação nesse período, destacam-se os candidatos haitianos, cuja procura por vagas cresceu de maneira significativa. Esse movimento acompanha cenários migratórios que tem o Brasil como destino, e reforça o papel da UNILA como uma porta de acesso ao ensino superior público para estudantes internacionais. Essa diversidade, por sua vez, amplia a complexidade das demandas encaminhadas aos serviços institucionais, particularmente àquelas relacionadas ao acolhimento, à permanência estudantil e ao enfrentamento das desigualdades e violências, frequentemente atravessadas por marcadores de nacionalidade, idioma, raça, gênero, sexualidade e condição migratória.

Desde 2019, a UNILA realiza o Processo Seletivo de Estudantes Indígenas (PSIN), mediante um edital anual específico para ingresso dos discentes indígenas aldeados. A partir desta modalidade de ingresso, ano a ano amplia-se o número de estudantes indígenas na Universidade. Em 2019 foram 195 e em 2024 foram 414 indígenas inscritos.

Quadro 2 – Povos indígenas UNILA 2024

6.1 ESTUDANTES INDÍGENAS							
Atualmente, chega-se ao quantitativo de 201 estudantes indígenas matriculados e que ingressaram via Processo Seletivo de Estudantes Indígenas (PSIN) na UNILA, sendo eles originários dos seguintes povos:							
Afro-boliviano	Ashuar	Atikim-umã	Avá-Guarani	Aymará	Baniwa	Baré	
Borari	Cubeo	Desano	Garifuna	Guarani	Inga	Jivi-baré-curripaco	
Kaingang	Kichwa	Kokama	Kokama-Tikuna	Kuikuro	Maya		
Mayoruna/Mayuruna	Mirana	Nasa	Pankará	Pankararu	Pastos	Piaroa	
Shuar	Tikuna	Xavante	Xocó				
A coleta de dados sobre os povos indígenas na UNILA começou a ser feita a partir de 2023, exclusivamente via PSIN. Outras formas de ingresso não disponibilizam essa informação. Dessa forma, é possível que haja estudantes indígenas pertencentes a outros povos que não estejam contemplados nesta relação.							

Fonte: UNILA, p.14, 2025a.

Atualmente está sendo realizado um Censo Indígena na Universidade, com o apoio da Defensoria do Estado do Paraná, a fim de levantar informações de origem e configurações familiares dos indígenas presentes na Universidade, mostrando possíveis vulnerabilidades e riscos familiares.

Quanto aos processos de ingresso voltado à comunidade trans, que ainda não é garantido legalmente mesmo após a recente revisão das cotas, a UNILA atualmente possui reserva de entrada apenas nos programas de pós-graduação. Este ainda é um ponto sensível, pois há uma expectativa da comunidade acadêmica na discussão e implementação das cotas de ingresso para pessoas trans também na graduação.

O projeto político-pedagógico da UNILA foi concebido sob o ideal da integração latino-americana e da valorização da diversidade, atraindo estudantes que identificavam na instituição a possibilidade de vivenciar um ambiente universitário mais inclusivo e plural. Contudo, Castanheira (2017) demonstra que essa expectativa não encontrou correspondência plena no processo de institucionalização da universidade, uma vez que os documentos fundadores dedicaram pouca atenção à promoção da diversidade sexual, evidenciando as tensões entre o discurso institucional da inclusão e sua efetiva incorporação às políticas universitárias.

Apesar desse cenário deficitário quanto à formalização ampliada do acesso LGBTQIAPN+, temos uma trajetória de institucionalização de políticas de gênero. A comunidade unileira se organizou ao longo dos 16 anos de existência institucional e construiu uma política de equidade de gênero (PEG) de vanguarda, posteriormente servindo de base para a criação do Comitê Executivo pela equidade de gênero e Diversidade (CEEGED). O início foi mobilizado pelos encontros “Mulheres na Universidade”, no ano de 2015, e do Fórum de Equidade de Gênero da UNILA, nos anos de 2015 e 2016 (Gastaldin & Webber, 2020).

Acompanhando um detalhamento cronológico, a institucionalização das políticas de equidade de gênero na UNILA teve como marco a aprovação da Política de Equidade de Gênero (PEG), instituída pela Resolução CONSUN nº 18, de 19 de junho de 2017. A política estabelece princípios e diretrizes para a promoção da equidade de gênero, o enfrentamento das violências e discriminações e a transversalização dessas temáticas nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária. Para sua implementação, foi criado o Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade (CEEGED), responsável por coordenar e articular as ações previstas na política, estruturadas nos eixos de violência de gênero, maternidade e paternidade, direitos da população LGBTQIAPN+ e relações étnico-raciais.

Posteriormente, em decorrência da reestruturação administrativa da universidade e a aprovação de uma política de ações afirmativas, as atribuições anteriormente desenvolvidas pelo CEEGED foram incorporadas à Secretaria de Ações Afirmativas e Equidade (SECAFE), criada para reunir, em uma única estrutura administrativa as políticas de ações afirmativas de acessibilidade, relações étnico-raciais, e equidade de gênero e diversidade.

A SECAFE está organizada em três departamentos principais e uma seção de apoio: o Departamento de Equidade de Gênero e Diversidade (DEGED), o Departamento de Relações Étnico-Raciais e Diversidade Cultural (DRERC) e o Departamento de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência (DAIPCD), bem como a Seção de Organização de Bancas (SEBANC), que atende os demais departamentos da SECAFE e outras unidades da UNILA.

Atualmente, o DEGED é responsável pelo acolhimento e acompanhamento de situações de violência e discriminação envolvendo os eixos de atuação da PEG (violência de gênero, direitos LGBTQIAPN+ e maternidade/paternidade), pelo apoio no desenvolvimento de ações formativas, e pela produção de informações que subsidiam a formulação e o aprimoramento das políticas institucionais de equidade de gênero e diversidade.

Se, por um lado, as universidades produzem conhecimento e promovem a formação crítica, por outro, também reproduzem hierarquias, normas e relações de poder presentes na sociedade. Como lembra Santos (2002), esses espaços participam da legitimação de determinadas formas de existência e da invisibilização de outras. A institucionalização da Política de Equidade de Gênero e, posteriormente, do DEGED, pode ser compreendida justamente como uma tentativa de tensionar essa lógica, incorporando à gestão universitária mecanismos permanentes de acolhimento, escuta e produção de respostas institucionais às desigualdades e às violências vivenciadas por sua comunidade acadêmica.

PRODUZINDO DADOS

Antes de pensar sobre os dados que aparecem nos relatórios públicos, que partem dos atendimentos formalizados, gostaria de destacar que há um alto nível de subnotificação em registros sobre violência e discriminação, tanto dentro quanto fora da universidade. Os números apresentados, oriundos dos relatórios de gestão da universidade não representam um retrato fidedigno das violências vivenciadas pela comunidade universitária, pois nem todas chegam ao DEGED ou a outros canais oficiais – que aqui não serão incluídos.

Depois, para além de indicadores institucionais, esses dados resultam de um percurso cotidiano de acolhimento, escuta, interpretação, classificação e registro. É nesse processo que experiências marcadas por sofrimento, medo, conflitos e desigualdades passam a integrar sistemas administrativos capazes de subsidiar decisões de gestão, a formulação de políticas institucionais e a avaliação das ações desenvolvidas pela universidade.

Ao receber alguém da comunidade acadêmica, recebemos uma história de vida, onde narram conflitos familiares, dificuldades acadêmicas, relações afetivas, situações de assédio, discriminações, medos, dúvidas, situações que, muitas vezes, elas próprias ainda não reconhecem como violações de direitos. O trabalho desenvolvido pelo departamento consiste justamente em acolher essas narrativas, construir um espaço de confiança por meio da escuta qualificada e, a partir desse diálogo, compreender quais elementos demandam proteção institucional e quais caminhos podem ser construídos conjuntamente.

É nesse momento que ocorre a tradução da experiência em registro administrativo. Aquilo que inicialmente se apresenta como narrativa transforma-se em registro de atendimento, categoria de registro, encaminhamento, planilha, relatório e, posteriormente, indicador institucional. Essa passagem não deve ser compreendida apenas como um procedimento burocrático, mas como um processo de mediação entre a experiência vivida e a ação institucional. Ao registrar um atendimento, a universidade não apenas documenta um fato; ela produz formas específicas de tornar determinadas experiências visíveis para a gestão, ao mesmo tempo em que outras dimensões da narrativa permanecem fora das categorias disponíveis.

Essa tensão entre a complexidade da experiência e a necessidade institucional de classificar torna-se particularmente evidente quando observamos que a escuta se realiza, quase sempre, diante de categorias previamente estabelecidas: estudante, docente, técnica(o)-administrativa(o), violência de gênero, discriminação, denúncia, orientação, acolhimento, medida protetiva. Essas categorias são fundamentais para organizar o trabalho institucional, produzir informações comparáveis e subsidiar políticas públicas. Contudo, elas também delimitam aquilo que pode ser registrado e quantificado. Como argumenta María Lugones, compreender sujeitos atravessados simultaneamente por gênero, raça, sexualidade, nacionalidade e colonialidade exige "ir além da lógica categorial" (LUGONES, 2014, p. 935), reconhecendo experiências que escapam às classificações produzidas pela modernidade.

Essa reflexão torna-se particularmente relevante no contexto da UNILA. Em uma universidade tão internacional, plurilíngue e localizada em uma região de fronteira, os atendimentos raramente podem ser compreendidos a partir de um único marcador social. As narrativas acolhidas pelo DEGED são atravessadas por nacionalidade, condição migratória, idioma, raça, gênero, sexualidade, posição institucional, produzindo situações que desafiam continuamente os limites das categorias administrativas disponíveis. Os relatórios institucionais conseguem registrar parte dessa realidade; entretanto, como toda classificação, também silenciam aspectos que permanecem presentes na experiência dos sujeitos, mas que não encontram correspondência nos campos das planilhas. Ainda, me parece insuficiente os meios de construção dos números para a complexidade dos atendimentos.

No último relatório publicado, por exemplo, com o objetivo de compreender o perfil das demandas recebidas e qualificar a produção de informações institucionais, os atendimentos realizados pelo DEGED foram organizados em três categorias analíticas: acolhimento, orientações e atendimento geral. Essa classificação não pretendeu esgotar a complexidade das situações vivenciadas, mas constitui um instrumento de organização do trabalho e de sistematização dos registros produzidos pelo departamento. Essa categorização evidencia o desafio permanente de traduzir vivências marcadas por múltiplos atravessamentos sociais em categorias administrativas. Nesse sentido, as classificações adotadas devem ser compreendidas como dispositivos de gestão, mas também como formas de produzir visibilidade sobre determinadas experiências e necessidades da comunidade universitária.

A categoria acolhimento corresponde ao primeiro contato institucional estabelecido com pessoas que relatam ter vivenciado situações de assédio, discriminação ou outras formas de violência, tanto no ambiente universitário quanto em sua vida pessoal. Trata-se de um momento centrado na escuta qualificada, na construção de um ambiente de confiança e no reconhecimento das demandas apresentadas, oferecendo informações sobre direitos, possibilidades de encaminhamento e medidas de proteção disponíveis. Mais do que um procedimento administrativo, o acolhimento constitui um espaço de escuta em que as narrativas são construídas e ressignificadas, permitindo que vivências frequentemente marcadas pela dúvida, pelo medo ou pela naturalização da violência sejam reconhecidas e nomeadas.

Já a categoria orientações reúne atendimentos voltados ao esclarecimento de dúvidas e à prestação de informações, solicitados tanto por membros da comunidade universitária quanto por setores administrativos da própria instituição. Nesses casos, o objetivo não é necessariamente acompanhar uma situação específica de violência, mas oferecer subsídios para que estudantes, docentes, técnicas(os) administrativas(os) ou gestores compreendam os procedimentos institucionais, avaliem possíveis violações de direitos e identifiquem os encaminhamentos cabíveis. Essas demandas demonstram que a atuação do DEGED extrapola o atendimento individual, desempenhando também uma função consultiva e formativa na disseminação de informações relacionadas às políticas de equidade e enfrentamento das violências.

Por sua vez, a categoria atendimento geral contempla um conjunto heterogêneo de demandas que não se enquadram diretamente nas modalidades de acolhimento ou orientação, mas que integram o cotidiano de atuação do departamento. Incluem-se nesse grupo diferentes formas de atendimento, articulação institucional, encaminhamentos, interlocuções com outros setores da universidade e atividades decorrentes das atribuições administrativas e técnicas do DEGED. Embora menos homogênea, essa categoria evidencia a amplitude das funções desempenhadas pelo departamento e a diversidade de situações que permeiam sua atuação cotidiana.

Além dessas três modalidades, o acompanhamento de medidas protetivas foi registrado separadamente, em razão de suas especificidades jurídicas e institucionais. Os acompanhamentos envolvendo medidas protetivas expedida em Juízo demandam articulações internas à universidade, exigindo também interlocução entre a instituição e a rede de proteção de Foz do Iguaçu. A existência dessa categoria evidencia que parte das demandas recebidas

pelo DEGED ultrapassa o âmbito exclusivamente universitário, inserindo-se em uma rede mais ampla de garantia de direitos e proteção.

Em 2024, O DEGED - SECAFE, realizou 45 atendimentos às vítimas de violência de gênero, assédio ou importunação sexual (UNILA, 2025a). No ano de 2025, o número de pessoas atendidas foi de 47, por meio de diferentes modalidades, de acordo com a natureza das demandas apresentadas. Destaca-se que uma mesma pessoa pode ter sido atendida em mais de uma modalidade ao longo do período, conforme a complexidade de cada caso.

Quadro 3 – Atendimentos DEGED 2025

Modalidade	Quantidade
Acolhimentos	24
Atendimento Geral	26
Orientações	5
Acompanhamento Medida Protetiva	7

Fonte: UNILA, 2025b.

Não somente em casos de existência de Medida Protetiva, mas de forma geral, os atendimentos realizados pelo DEGED demandam articulação com diferentes instâncias da universidade e da rede externa de proteção, evidenciando que o acolhimento institucional não se encerra na escuta inicial, mas se desdobra em uma série de encaminhamentos e acompanhamentos. No âmbito interno, destacam-se os encaminhamentos para setores como a Ouvidoria, a área de segurança institucional e outras unidades administrativas, acionadas conforme a natureza da demanda e as competências de cada setor. Já no âmbito externo, a atuação do departamento envolve a interlocução com órgãos que compõem a rede de garantia de direitos, entre eles a Delegacia da Mulher, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), a Defensoria Pública e outros serviços municipais e estaduais de proteção. Esses encaminhamentos demonstram que o enfrentamento das violências exige uma atuação interinstitucional, articulando diferentes políticas públicas e reconhecendo que as demandas apresentadas extrapolam, em muitos casos, os limites de atuação da própria universidade.

O departamento também desempenha funções estratégicas de assessoramento à gestão universitária na formulação, implementação e acompanhamento das políticas de equidade de gênero e diversidade. Essa atuação compreende a elaboração de documentos, participação na construção de normativas e planos institucionais, produção de respostas a órgãos de controle, o apoio técnico às diferentes unidades acadêmicas e administrativas e a assessoria permanente em temas relacionados aos eixos de trabalho do departamento. Além disso, o DEGED promove ações educativas e formativas voltadas à prevenção das violências e à promoção dos direitos humanos, contribuindo para a consolidação de uma cultura institucional orientada pelos princípios da equidade, da diversidade e da justiça social.

Outro aspecto relevante refere-se à inserção do departamento em espaços externos de formulação e acompanhamento de políticas públicas. A representação da universidade em conselhos, fóruns, comissões e redes municipais/regionais amplia a capacidade de articulação institucional e fortalece o diálogo entre a universidade e os demais órgãos que compõem a rede de proteção. Essas atividades, embora frequentemente invisibilizadas nos indicadores quantitativos, constituem parte fundamental do trabalho desenvolvido pelo DEGED, evidenciando que sua atuação ultrapassa o atendimento individual e se estende à construção de políticas, ao fortalecimento das redes interinstitucionais e à produção de respostas institucionais voltadas ao enfrentamento das desigualdades e das violências.

Retomando autores amplamente mobilizados na própria produção acadêmica da UNILA, podemos entender que há uma relação direta entre a colonialidade e a produção de sujeitos classificáveis: "ao usar o termo colonialidade, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos (...) mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação..." (LUGONES, 2014, p. 939).

Neste sentido não é apenas que a universidade registra pessoas, o próprio registro cria categorias que tornam determinadas experiências legíveis institucionalmente. As categorias e dados objetivos de registro não são suficientes para planificar as vivências e a complexidade que existe nesses atendimentos.

Na prática, os atendimentos realizados pelo DEGED evidenciam que as violências não chegam à instituição como experiências homogêneas ou dissociadas de seus contextos sociais. Não se acolhe uma "vítima" abstrata, mas sujeitos cujas trajetórias são atravessadas simultaneamente por nacionalidade, raça, gênero, sexualidade, status migratório, idioma, categoria de vínculo com a universidade e pelas relações de poder próprias do contexto fronteiriço. Nesse sentido, a reflexão de Lugones (2014) oferece uma importante chave interpretativa ao compreender a opressão como "uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados" (LUGONES, 2014, p. 941). Essa perspectiva permite compreender que a escuta institucional não se dirige apenas ao relato de uma violência, mas a sujeitos situados naquilo que a autora denomina de "diferença colonial", buscando compreender "aquele/a que resiste situado/a na diferença colonial" (LUGONES, 2014, p. 941).

O atendimento institucional não se limita à coleta de informações para eventual encaminhamento administrativo ou jurídico. O momento da escuta constitui também um espaço de elaboração e ressignificação da experiência vivida. Não raramente, pessoas atendidas chegam ao serviço expressando dúvidas sobre a legitimidade de suas próprias vivências, afirmando talvez ser "exagero", ou não sabendo identificar a situação vivida como uma violência, ou ainda atribuindo a si a responsabilidade pelas situações sofridas (culpabilização da vítima).

Ao longo do processo de acolhimento, mediado pela escuta qualificada e pelo diálogo, essas narrativas frequentemente se transformam, permitindo que experiências antes naturalizadas, individualizadas ou silenciadas passem a ser reconhecidas como expressões de relações estruturais de violência e desigualdade. Nesse sentido, o atendimento não produz apenas registros administrativos: produz também condições para a emergência de novas formas de

compreensão de si e da própria experiência, evidenciando que a escuta institucional é, simultaneamente, uma prática de cuidado, um espaço de produção de subjetividades e um campo de disputa de sentidos sobre a violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao recebermos alguém para atendimento, recebemos uma história. Os atendimentos não começam com categorias administrativas, mas com narrativas. Antes de existir um caso institucional, existe alguém contando um fragmento da sua experiência.

Ao longo deste trabalho procurei deslocar o olhar dos resultados expressos nos relatórios institucionais para os processos cotidianos que tornam esses resultados possíveis. Mais do que interpretar indicadores produzidos pelo DEGED, me interessa seguir problematizando como os dados são construídos a partir de práticas de acolhimento, escuta, interpretação e registro. Nesse sentido, os números apresentados pela universidade deixam de ser compreendidos apenas como produtos da gestão para serem analisados como construções institucionais produzidas em relações concretas entre sujeitos, profissionais, normas e políticas públicas.

Nessa perspectiva, a escuta pode ser compreendida como um espaço em que a subjetividade não é apenas capturada pelas categorias institucionais, mas também afirma sua capacidade de resistência, aproximando-se da noção de "subjetividade ativa" proposta por Lugones, entendida como a tensão permanente entre a sujeição às estruturas de poder e a possibilidade de agência e resistência (LUGONES, 2014, p. 940).

As reflexões apresentadas buscaram compartilhar as reflexões vindas da burocracia dos dados, a fim de problematizar que o principal desafio metodológico do acolhimento institucional não reside apenas na produção de registros ou na classificação das ocorrências, mas na capacidade de reconhecer experiências que excedem as categorias administrativas disponíveis. Como afirma Lugones, "a interseccionalidade revela o que não conseguimos ver quando categorias como gênero e raça são concebidas separadas uma da outra" (LUGONES, 2020, p. 11-12). No cotidiano do DEGED, esse desafio manifesta-se de forma concreta, uma vez que as pessoas atendidas não vivenciam as violências a partir de um único marcador social, mas na sobreposição de gênero, raça, nacionalidade, sexualidade, condição migratória, idioma e posição institucional. Assim, mais do que registrar casos, a prática de acolhimento exige uma escuta capaz de apreender essa complexidade, reconhecendo que toda classificação institucional é, ao mesmo tempo, necessária para a formulação de políticas públicas e insuficiente para abarcar a totalidade das experiências vividas. É justamente nessa tensão entre a necessidade de produzir dados e a impossibilidade de reduzir a experiência humana às categorias disponíveis que se inscrevem os desafios éticos, metodológicos e antropológicos do trabalho desenvolvido pelo DEGED e, de forma mais ampla, das políticas institucionais de enfrentamento às violências em universidades públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010.** Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 13 jan. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12189.htm?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 09 jun. 2026.

CASTANHEIRA, Fabio. **O ambiente acadêmico da UNILA e as estratégias de combate à homofobia, 2010–2015.** 2017. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/c2503b2a-cac2-4f10-bb07-ffcf5d76cb3d>. Acesso em: 10 jun. 2026.

GASTALDIN, Carla da Conceição Mores; WEBBER, Maria Aparecida. Breve histórico das lutas e dxs lutadorxs do CEEGED. In: TONATTO, Regiane Cristina; OLIVEIRA, Renata Peixoto de (org.). **Por elas e por nossas lutas: igualdade e justiça nos debates de gênero e diversidade nas sociedades contemporâneas.** 1. ed. Foz do Iguaçu: Editora CLAEAC, 2020.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial.** *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935–952, set./dez. 2014. DOI: 10.1590/S0104-026X2014000300013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqnzb/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

PEREIRA, Diana Araújo; HONÓRIO, Karen dos Santos; FORTES, Laura. **Internacionalização e interculturalidade: a experiência da UNILA.** *Revista Educación Superior y Sociedad*, v. 34, n. 1, p. 553-584, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **UNILA em destaque 2024.** Foz do Iguaçu: Secretaria de Comunicação (SECOM), 2025a. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/secom/arquivos/WEBRelatorioUNILAemDestaque2024.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2026.

UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Relatório Integrado de Gestão 2025.** Foz do Iguaçu: UNILA, 2025b. Disponível em: https://portal.unila.edu.br/institucional/NovoRIG2025_comanexoscontbeis_compressed.pdf. Acesso em: 24 jun. 2026.

ZUCK, Débora Villetti. **A integração da América Latina e a formação na UNILA.** 2021. 465 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.